

Sem Medo do Leão: obediência não é passividade

Jornal do Brasil
Daniel Branco

De vez em quando, um pouco de medo do Leão é necessário para chamar nossa atenção e evitarmos que confundam obediência às normas instituídas com passividade diante dos caprichos do Estado e seus administradores.

É um tanto estranho o fato dos governos, por não saberem administrar as contas do Estado, colocarem a mira sobre a população exigindo mais dinheiro, sob o pretexto de protegê-la e garantir a sua riqueza. Imaginem o gerente de uma empresa privada, por não saber organizar as contas do negócio, apresentasse como solução a elevação dos preços dos produtos e ainda obrigasse os consumidores a comprá-los, sob a alegação de que isso consolida os direitos da população consumidora.

Obviamente o dinheiro é necessário somente para áreas essenciais. Jamais houve a sugestão de elevação do Imposto de Renda (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ou a criação de outro imposto porque não há mais dinheiro para comprar a gasolina ou passagens aéreas dos membros do Congresso. Pelo visto, esses setores estão com dinheiro, digamos, bem aplicado. Falta dinheiro em setores como educação, estradas, segurança e, o mais em voga, saúde.

Parece que não irá levar muito tempo para a nova Contribuição Social para a Saúde (CSS) ser instituída. Assim como na época de instituição da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), focam no problema da saúde. Chovem gráficos e relatórios mostrando como outros países investem muito mais em saúde. Chovem artigos e tratados analisando a constitucionalidade ou legalidade do novo tributo. Entretanto nenhum deles explica por que os novos recursos para saúde devem sair, novamente, do bolso do cidadão e não através de uma reordenação das contas do Estado. Quem ouve pode até achar que o Brasil é um modelo em gestão de contas públicas, sendo obras superfaturadas um evento tão raro quanto a passagem do cometa Halley.

Um fato interessante é que há poucos anos, o presidente de nosso país celebrava a saúde pública do Brasil como aquela com nível de "primeiro mundo". Mas se está tão bem assim, por que recriar um tributo já enterrado? Aliás, outro fato interessante, assim que acabou a CPMF, em pouco tempo o governo aumentou as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e obrigou os bancos a informar à Receita Federal as movimentações financeiras dos cidadãos brasileiros, mantendo praticamente intacto o sistema da CPMF. Mesmo assim precisam de mais?

Nos asseguram que a CSS não será como a CPMF. Não há dúvida, pois a CPMF pelo menos incluiu o adjetivo "provisória" em seu nome, equívoco que não será cometido dessa vez. A CPMF foi vendida como "o tributo" necessário para a saúde. Pouca CPMF foi realmente usada na saúde. A CSS também é, agora, "o tributo" para financiar a saúde. Sua real aplicação são cenas para um próximo capítulo.